

Luís A. de Oliveira Ramos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Claros e escuros do movimento europeu das nacionalidades (século XIX)

Resumo

Partindo dos problemas actuais suscitados pelos nacionalismos, estuda-se a importância da Revolução Francesa no estabelecimento de símbolos maiores do movimento das nacionalidades. Assinala-se como o expansionismo revolucionário disseminou esses símbolos e provocou fortes reacções na Europa a ponto de reavivar os nacionalismos quer das nações ocupadas, mesmo contra-vontade, quer das nações em formação, caso da Itália e da Alemanha. Neste país surgem algumas contribuições fundamentais acerca da ideia nacional que de esquerda transita paulatinamente para a direita. De par aparecem alguns dos aspectos mais negativos do nacionalismo europeu, a saber a sua ligação às guerras, à emergência do seu carácter ensimesmado, exclusivista, intolerante, cunhado pelo renascimento do sagrado na política.

Nos séculos XIX-XX, o nacionalismo corre paralelo ao movimento liberal, depois ao nacionalismo democrático, antes de virar à direita, tornando-se conservador. Assumiu-se progressista ao reagir contra os regimes coloniais, contra a barbárie técnica e os excessos da globalização. Também aparece na reacção dos povos livres e das nações oprimidas ou ocupadas contra os imperialismos ideológicos. Daí a sua ambiguidade, o seu dinamismo transformador, com aspectos positivos e negativos.

Abstract

Departing from the issues currently raised by modern nationalisms, this paper studies the importance of the French Revolution in establishing the major symbols of nationalism. The dissemination of these ideas by revolutionary expansionism had profound consequences in Europe, reviving nationalisms, both in occupied and in emerging nations, such as Italy and Germany. The latter was responsible for some major contributions to the emergence of the idea of nationalism, gradually moving from the left to the right of the political spectrum. At the same time, some of the darkest aspects of European nationalism surfaced, particularly its taste for warfare and its meditative, exclusivist and intolerant nature, forged in the revival of sacredness in politics.

In the 19th and 20th centuries, nationalism followed the path of the liberal movement, then democratic nationalism and later moved towards the right, becoming conservative. It became Progressive when reacting against the colonial regimes, against technical barbarism and the excesses of globalisation. It also emerges as a reaction of free peoples and of oppressed or occupied nations against ideological imperialisms. This explains its ambiguity, its changing dynamics, with both positive and negative aspects.

Quando em 1972, por razões académicas, estudei “os nacionalismos europeus (1789-1848)”, a questão pareceu importante mais em termos de compreensão do passado do que quanto ao futuro do tema. Daí não ter passado ao papel o que então averigui e discuti em provas públicas com o Mestre que me propusera a temática. Depois, reencontrei-a na *Introdução à História do Nosso Tempo*, do Prof. René Rémond, quando este livro surgiu nos meados de setenta, vicejava a revolução em Portugal. Mais recentemente, recordei antigas leituras ao reflectir sobre os conteúdos da *Revista de História das Ideias* (AB, Coimbra, 1996) e por ocasião de um colóquio universitário em Portugal. Era já tempo do euro, moeda prometida da Comunidade Europeia, era tempo da emergência sangrenta, e não sustada, dos conflitos russos e balcânicos, da permanência de terríveis confrontos agora em apagamento na Irlanda do Norte, mas subsistentes no País Basco ibérico, etc.

O Mercosul raiava quando em terras brasileiras escutei laudas ao nacionalismo.

Na Europa de hoje fala-se de federalismo, gaullistas democráticos e gente de outros povos relembram os fundamentos e as virtualidades do estado-nação republicano. Em sua defesa demitiu-se Mr. Chevènement, ministro do Interior francês, evocando além do mais, a prerrogativa do estado em matéria legislativa. Corre sangue na Espanha à conta dos Bascos da ETA, que querem dispor de si mesmos e ignoram o voto dos seus concidadãos, na pressa de os controlar. E o que dizer dos eventos trágicos que marcam a história recente da ex-Jugoslávia ou dos problemas em torno da Constituição Europeia na França de Abril de 2005?

Pairando sobre todos estes acontecimentos, e marcando-os, está a ideia nacional, sentem-se as leis do estado-nação, quando não o terror do nacionalismo. Quer dizer, o tema independentemente da importância das nações e da sua memória guarda plena actualidade e deve ser olhado nos seus aspectos positivos e negativos, tantos mais que agita nações, anda instalado na primeira página dos jornais, dá vida às congeminções de historiadores e de políticos, sente-o o corpo e o espírito de muitas pessoas em diversos quadrantes do Orbe.

Estudioso do passado europeu e americano, e especialista da Revolução francesa¹, das suas heranças regeneradoras, das suas poeiras secantes, das suas tragédias, relembro como, através dela, na trajectória e na memória das nações se infiltraram traços distintivos do nacionalismo, tantos deles, nos nossos dias vulgarizados, mas também em vias de apagamento ou de reexplosão, sabe-se lá se passageira, se duradoura.

E o nacionalismo acontece a leste e a oeste, ao longo de todo o século XIX, já em monarquias plurisseculares, carregadas de história, em vias de desmembramento; já em Estados reunificados, ou parcelas de antigos impérios, onde ficara a semente da Revolução. Descobrimo-lo vivo na descolonização desde a independência dos Estados Unidos à libertação dos povos subjugados pelo mundo dispersos.

Para além do nascimento das nações latino americanas, entre as quais o Brasil é a potência maior, para além das vitórias e repressões do século XIX europeu, aureoladas pela unificação da Itália e da Alemanha, o nacionalismo está vivo ao longo do século XIX, antes da Primeira Guerra Mundial de 1914-1918. Culmina nas novas democracias europeias, fruto desse conflito e dos impérios nela vencidos. E renasce para desvistar a Europa e o mundo entre os anos 30 e 40 do século XX. Na década final deste século, incita o desmembramento da Rússia e do Império soviético. A seu modo sentimo-lo forte na descolonização da Ásia à África. E continua a dar sinais preocupantes no abrir do novo século.

Em nações conseguidas e em nações a fazer, há símbolos comuns, herdados da Revolução francesa, repito, os quais entram na ordem do dia em tempos e espaços diferentes, por força das peculiaridades do devir em cada nação. Emergem na guerra e na paz, antecedem tragédias e datas gloriosas.

Quem assiste aos jogos olímpicos e aos campeonatos mundiais desportivos verifica a mutação de cenários, de intérpretes, à mudança de cor das camisolas, diluído tudo nos anúncios dos grupos económicos transnacionais. Mas nos estádios adeja ainda a bandeira dos estados-nações presentes. Os vencedores, não raro, emocionam-se quando soam as estrofes do hino da sua pátria.

O hino, a bandeira de repúblicas, de monarquias, transcendem, então, os regimes, os imperantes, para dar visibilidade ao estado-nação do herói do momento.

Quando da França se trata, ouvem-se as estrofes vibrantes, belicosas, redentoras, da “marselhesa” e adeja o estandarte tricolor, frutos directos da Revolução que matou Luís XVI e abriu as portas à ideia de liberdade, um dos legados mais

¹ RAMOS, Luís A. de Oliveira – Le Portugal et la Révolution Française (1777-1834) in *Les Révolutions dans le Monde Ibérique (1766-1834)*, I. *La Péninsule*. Bordeaux : 1989, p. 184 a 260.

perenes dessa mesma revolução, a par das ideias de igualdade e fraternidade e bem assim de ideia nacional na época contemporânea, isto é, nos séculos XIX e XX.

Essa ideia, vulgarmente substituída pelo vocábulo nacionalismo, alimenta-se da Revolução francesa e também do tradicionalismo, pois servem-lhe de assento os estudos de *história* e as exaltações que a marchetam, a afirmação e reconstrução das *línguas*, a força e coesão que a religiosidade proporciona².

Por outro lado, o nacionalismo de oitocentos começa à esquerda, instala-se na direita e vai reaparecer no nosso século com várias capas ou sob capa híbrida³.

A França da Revolução proclamara que a liberdade poria termo aos conflitos bélicos. Daí a Constituição de 1791, votada na Assembleia Constituinte, renunciar à guerra de conquista. Os povos libertados ficariam a dispor de si mesmos. Os revolucionários esperam a integração dos povos libertos na *Grande Nação*. Ora, ser adepto da Grande Nação significava sonhar com a liberdade, com a igualdade, com a formação de entidades transnacionais, com introdução de formas novas na vida política e nas relações económicas e sociais⁴.

Sem embargo, o sentimento nacional, patriótico, levanta os gauleses em armas contra as monarquias que desejam asfixiar a Revolução e exporta os símbolos da nação republicana. Depois provoca a reacção dos povos contra a força impositiva dos exércitos revolucionários e napoleónicos, de tal sorte que se passa da exaltação da batalha de Valmy (1792), em que a nação republicana vence os soberanos opressores estrangeiros, motores e aliados dos emigrados franceses, à batalha de Leipzig (1813), onde se batem as monarquias coligadas da Europa contra o conquistador imperial, Napoleão, um filho da Revolução parisiense, então no declínio.

Na prática, a ideia nacional dissemina-se quando o patriotismo dos franceses se vê espicaçado ante a invasão da França pelos exércitos dos reis estrangeiros, comandados pelo duque de Brunswig. Quer dizer, deflagra um nacionalismo fechado à moda de Rousseau e encarna-o um conjunto de ritos e símbolos que vamos exemplificar.

São os emblemas da nação republicana una e indivisível, alicerçada na *santa igualdade*, que odeia os tiranos e os seus áulicos e servidores. Se antes se celebrava a pessoa do rei, agora essenciais revelam-se as festas nacionais, os cultos e os símbolos a ela ligados. Os exércitos revolucionários incumbem-se da sua propaganda, estimulando alhures o nacionalismo e os sinais do estado-nação republicano, único e individual, sob a forma de um “sentimento anti-monárquico e anti-cristão, ao mesmo tempo fanático, intolerante, exclusivo”.

² RÉMOND, René – *Introdução à História do nosso tempo*. Lisboa: 1994, p. 237 a 241.

³ SURATTEAU, Jean-René – *L’Idée Nationale de la Révolution a nos jours*. Paris: 1972, Conclusion, p. 215 a 218.

⁴ GODECHOT, Jacques – *La Grande Nation*, I. Paris: 1956, p. 10.

Sinais e emblemas personalizantes da nação são não só as festas nacionais, mas também a bandeira, o hino e as línguas nacionais, a par da educação e do exército nacional⁵.

Nas festas, a nação celebra-se a si mesma, substituindo os dias consagrados aos soberanos e à família real por ocasião de nascimentos, mortes e casamentos, por exemplo.

A nova *bandeira*, vermelha, azul e branca, ostenta as cores próprias da nação, e simboliza-a, como antes personificava o monarca – esse imperante descendente dos criadores do Estado gaulês – a auriflama branca com as flores de lis. À veneração do corpo e sangue de um homem, chefe e herdeiro das dinastias governantes do reino da França, sucede a emoção perante a nova bandeira, honrada e reverenciada daí para o futuro.

Os cânticos monárquicos tradicionais caem frente à letra, à melodia e ao ritmo do *hino nacional*, a Marselhesa, a qual melhor, e primeiro do que qualquer outro hino nacional, evidencia o que simboliza.

Nos países onde, como na França, existiam *línguas* e dialectos regionais, jamais se pensara que eles destruíssem a unidade de que o rei era garante. Agora, o francês, enquanto “língua republicana” e “língua da liberdade”, volve-se em língua nacional que se quer única e funciona de acordo com a lógica e estrutura dum sistema nacional que é ao mesmo tempo um sistema de ideias abstractas.

Pela mesmíssima razão e por imperativo da “fé patriótica e cívica”, com carácter impositivo e instintivamente monopolista, o Estado determina a *educação nacional*, comum a todos os cidadãos. Laica, a instrução preconizada pelos revolucionários, ensina o patriotismo. Trata-se de um ensino limitado na sua independência pelos imperativos atrás mencionados, cujo *ethos* comum assegura a coesão. Ora, na França do Antigo Regime, a coesão social fundia-se na pessoa sagrada do soberano. Às monarquias europeias pouco importava, durante séculos, que a Igreja exercesse essa função, pois estava de acordo com a aliança entre o trono e o altar. Apenas nalguns estados o despotismo esclarecido ousou lançar o ensino do Estado, a par de um ensino religioso mitigado, como foi o caso do Portugal pombalino.

Se, antes, os reis, a pouco e pouco, formaram exércitos permanentes, com o conceito de nação armada passa-se ao recrutamento ou voluntário ou obrigatório, ao *exército nacional*. A França da Revolução chama às fileiras os seus filhos para combater as forças profissionais das monarquias que a invadem e querem subverter a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Assim o impõe a salvação pública e não os planos, os apetites de uma dinastia. Esta situação lança

⁵ CHEVALLIER, J. J. – La naissance du nationalisme entre 1789 et 1848, in *Évolution du droit publique. Études en l'honneur d'Achille Mestre*. Paris: 1956, p. 95 a 113.

as sementes das ulteriores grandes guerras, totais e hiperbólicas, bem diferentes das guerras limitadas do Antigo Regime. Agora estão em causa pessoas e bens, ideais e paixões, ao serviço da nação soberana, que um dia passa da defesa ao ataque⁶.

A nação em armas resulta, por fim, do recenseamento em massa, o soldado combate nas fileiras esclarecido e motivado, desloca-se e ataca com rapidez, ao som dos tambores e de um mando hierárquico e centralizado⁷.

E, num processo exclusivista, o “sentimento nacional” assume, na França da Revolução, como depois em qualquer pátria revolucionária ou cunhada pelo nacionalismo, um carácter proselitico. No tempo das revoluções, tal proselitismo caracteriza os genuínos fruidores da liberdade. Urge dar a conhecer aos outros povos a ideia nova. No caso em apreço, ao povo da liberdade compete levar as demais gentes a sacudir o jugo que as oprime. Surge assim o despotismo da liberdade, antepassado do despotismo das ideologias redentoras. Do nacionalismo ideológico desliza-se para o imperialismo conquistador, eivado de “chauvinismo” intolerante. Este funciona contra o cosmopolitismo das nações livres e iguais. Todavia o seu fito declarado visa regenerar a humanidade⁸.

Mesmo avisados de que os povos não gostam dos “missionários armados”, os revolucionários assumem uma atitude conquistadora e despótica em nome dos ideais que perfilham. A propósito dos holandeses, diz-se «il faut rendre la nation batave heureuse malgré elle». Daí a aparição da República Batava.

O objectivo proclamado do nacionalismo fechado e intolerante consiste na felicidade dos indivíduos num conjunto fraterno, mas, à vista, surge, na verdade, um imperialismo útil já na divulgação de um núcleo estatuído de ideias, já nos interesses materiais dos seus intérpretes.

Por isso, a breve trecho, se a França dissemina os símbolos do nacionalismo. Ver-se-á, por outro lado, rechaçada pelos povos e estados a quem pretendeu impô-los. A Grande Nação, ou o Império que desejava enraizar, deixam marcas dolorosas em virtude da morte e da rapina e não menos pela viciação de conceitos revolucionários originais.

Quer dizer, papel singular cabe à Revolução francesa ao conferir ao nacionalismo as tónicas sistemática, exclusivista e emotiva que ora a servem, ora a fazem odiada.

No processo dos nacionalismos, a Alemanha tantas vezes ocupada, teve um papel essencial através de vivências, contributos históricos, teorizações filosóficas, jurídicas, económicas e educativas de cariz nacionalista, desde a Reforma

⁶ Ibidem.

⁷ RÉMOND, ob. cit., p. 120.

⁸ CHEVALLIER, ob. e loc. cit.

até ao tempo das “luzes” e das revoluções. Do mesmo modo, o Renascimento teve o seu papel, bem antes.

De facto, Maquiavel do mesmo passo que reflecte e aconselha, com cinismo, sobre o exercício eficaz do governo monárquico em estados nacionais e soberanos, produz uma reflexão sobre a Itália a fazer em detrimento dos poderes que a dividem, Itália sua pátria que deve ser una e autónoma. Em simultâneo, apercebeu-se da diferença entre os estados-nações conseguidos e as nacionalidades ou comunidades nacionais aspirantes e divididas, como acontecia no caso da Itália e da Alemanha.

Por seu turno, ao estabelecer as igrejas nacionais, Lutero estiliza o universalismo da cristandade e predispõe o espírito dos alemães em favor da ideia unitária. Na mesma linha funciona a tradução da Bíblia para o idioma alemão.

Por tudo isto, o nacionalismo contrasta com o universalismo cristão, que tinha no latim a sua expressão linguística.

No século XVIII-XIX, tornam-se decisivos, a par de textos do genebrino J. J. Rousseau, os contributos de Fichte, Hegel, Savigny, List, Jahn, Clausewitz, etc.

Muito lido na Europa, e em particular na França, Rousseau, por exemplo no *Contrato Social* e nas *Considerações sobre os Costumes*, prefigura uma comunidade nacional algo fechada, propugna o amor da pátria, com vista a garantir a coesão nacional resultante de um passado vivido em comum.

Na Alemanha, dividida e ocupada do fim do século das “luzes” e da aurora de oitocentos, ocorre a convergência entre o ideallismo filosófico e o despertar nacional sobre a égide de Fichte e Hegel. Em simultâneo lê-se Rousseau e Burke, mestre do nacionalismo inglês, profundamente tradicional e aristocrático.

Testemunhos fundamentais do nacionalismo alemão nascente, encontramos-lo no *Discurso à Nação Alemã* e no *Estado Comercial Alemão*, de Fichte. No último destes livros, Fichte defende o estado nacional como um estado fechado. Expressão de uma Alemanha magoada, adversária da monarquia imperial comum à Europa, é o *Discurso à Nação Alemã*. Para este autor importa forjar instrumentos espirituais capazes de anunciar a desforra pelas armas, de modo a libertar a pátria espezinhada.

A natureza e as qualidades essenciais da nacionalidade alemã explicita-as Fichte para desfiar a identificação, a diferença entre os filhos da Alemanha e os restantes povos. A seu ver, o homem alemão mostra-se apto para uma educação específica capaz de recriar o povo a que pertence no seu conjunto, no seu ser.

A articulação entre o corpo e o espírito de todos preserva-a a língua nacional. Ou seja, Fichte teoriza e explica, em versão alemã, a religião nova semeada pela Revolução Francesa.

Na filosofia, recorrendo à síntese e à dialéctica, Hegel articulou o indivíduo, o espírito nacional, o estado e o espírito do povo. Do mesmo passo, descobriu na própria natureza dos estados, totalidades autónomas que necessariamente se defrontam, deste modo justificando a guerra. Assim como vinca as qualidades específicas do germanismo, nota o que falta à alma e ao espírito das nações neolatinas. Considera o estado-nação o guia supremo e a cúpula augusta do desenvolvimento da nação.

Para Savigny, o direito nacional, como a língua, são expressões e manifestações do espírito do povo e modifica-se, cresce, prospera e estiola-se com o povo de onde promana (veja-se o livro *Vocação do nosso Tempo para a Legislação e a Jurisprudência*, de 1814).

Manejando os frutos da experiência e de uma penetrante observação do peso das forças materiais que subjaz à teoria liberal, List, no *Sistema Nacional de Economia Política* (1841), explica o papel da economia política nacional. Defende que “a economia é nacional por essência” dado o carácter distinto quer dos seus interesses, quer das suas forças produtoras. A seu ver, os humanos estão organizados em sociedades nacionais independentes. A nação com um território seu, origem e história próprias; com uma língua e uma literatura, senhora de usos e costumes e bem assim de leis e instituições próprias, situa-se entre o indivíduo autónomo e o conjunto da humanidade. No âmbito económico, individualiza-se não apenas pelos seus recursos mentais e materiais presentes, mas também pelas virtualidades a utilizar no porvir, o que constitui tarefa da economia política nacional, uma economia que se torna “completa” e “normal” graças ao bom funcionamento da agricultura, da indústria e do comércio. Para o efeito, urge ensinar aos alemães como se atinge esse estágio final, pois tal sistema concebe-o o autor no interesse dos alemães e não da humanidade, ao contrário do que defendem os livre-cambistas, cujo objectivo se orienta para a república universal. List, esse pensa na futura Alemanha enfim unida tanto económica como politicamente e capaz de concorrer em condições semelhantes, submetidas à equidade e à racionalidade, com a Inglaterra, outrossim preconizando um protecçãoismo transitório. Mas o seu pensamento vislumbra o poderio esmagador do estado-nação a construir. Eis a razão por que vale a pena recordar palavras de List: “nas condições do mundo existentes, o resultado dum comércio livre geral não será uma república universal, mas pelo contrário uma submissão universal das nações menos avançadas à supremacia do poder industrial, comercial e naval preponderante.”

À força doutrinária de Fichte, Hegel e List, correspondem no plano da educação, as observações de Jahn e as de Clausewitz sobre a guerra. O primeiro, em nome da causa nacional e para exaltar as antigas virtudes da raça, faz a apologia da unidade germânica, dos jogos violentos e da ginástica.

Por seu turno, o autor do tratado clássico, *Da Guerra* (1832-1837), Clausewitz revolucionou a estratégia e considera os prélrios entre nações “*tarifa de todo um povo*”. Seria uma guerra absoluta que usaria todos os meios. Neles predominaria o espírito do povo nos exércitos de tal sorte que se voltasse a enraizar entre os militares o valor guerreiro, temido pelos vizinhos. Assim acontecera na França revolucionária, assim o explicita o grande técnico-militar, na Alemanha.

Dos aspectos agora referidos, como aliás das heranças e consequências da Revolução francesa, patentes nas Repúblicas satélites e nos Reinos integrados no império de Bonaparte, conclui-se que o nacionalismo leva à guerra para além de ter um cariz fechado, exclusivista e intolerante, repito. Com ele o *sagrado* reaparece na política. Sagradas são a nação, o indivíduo, a espécie. Com o nacionalismo regressa-se ao espírito da cidade-estado da Antiguidade. Esta tendencialmente possuía um quadro territorial distinto e um máximo de coesão social. Desmesurado, e não circunscrito, mas afim, o estado-nação volve-se, assim, um mal maior. Tempo virá em que acontece a injunção do nacionalismo com o socialismo, pois o estado põe a funcionar e controla as forças produtivas nacionais. É algo que cabe no sistema nacional de economia política da filosofia de List que, a despeito do seu nacionalismo, há-de servir objectivos socialistas⁹.

Todavia, o nacionalismo, na história europeia, passa da esquerda para a direita, sem deixar de afectar a esquerda.

Entre 1815-1830 e 1840 o nacionalismo e a ideia liberal correm a par do espírito dos patriotas¹⁰. De 1830 a 1850 afirmam-se os nacionalismos democráticos. Temos um exemplo vivo na Itália concebida por Mazzini¹¹.

Na segunda metade do século XIX, principia a direita internacional. O apoio aos povos acontece em detrimento da liberdade pelo uso da guerra e da diplomacia. Assim pensava Napoleão III, assim o fez Bismarck na Alemanha, e a unidade da Itália “é atingida no dia em que o Piemonte se alia à França ou à Alemanha” do dito chanceler Bismarck¹².

Após a derrota francesa dos anos setenta do século XIX, surge um nacionalismo conservador, desejoso de combater o socialismo e com ele o nacionalismo fica à direita. O intelectual francês Barrès escreveu: “o nacionalismo é um método para cuidar dos interesses materiais deste país. Tudo julga em função da grandeza do Estado. Mas é também um tratamento que propomos para as vidas individuais em conjunção com a poesia. Trata-se de levar cada um a participar das coisas grandes do nosso país”. Ou seja, um nacionalista revelar-se-á um

⁹ Sobre as matérias tratadas nos parágrafos precedentes consultar a esclarecida síntese de J. J. Chevallier, já citada em notas precedentes.

¹⁰ RÉMOND, ob. cit. p. 241.

¹¹ Ibidem, p. 242.

¹² Ibidem.

patriota fanático, consciente da natureza da sua pátria, das ameaças que a afectam, da saúde do Estado.

Para J. M. Domenach, que estamos a seguir, condenar no todo o nacionalismo constitui “exercício inútil”. Encontramo-lo em todo o lado e “envolve indiferentemente doutrinas e políticas”, diz com ironia. A “religião, a poesia, a burguesia, o proletariado e sobretudo o nacionalismo é capaz de “estilhaçar as Internacionais, de fazer reviver línguas desaparecidas, de outorgar dignidade a certos povos e de os transformar em animais selvagens”¹³.

Por outro lado, como acontece desde o início da sua emergência no século XVIII, o vocábulo de pejorativo cola-se, pela ambiguidade, aos nacionalismos. Por exemplo, face à descolonização, o seu significado é-o claramente. Assume um teor de direita para designar o colonizador. Fica à esquerda se evoca um movimento de libertação dos povos sujeitos ao regime colonial¹⁴.

Nos nossos dias, vemo-lo também regressar como “reação contra a hegemonia política e a barbárie técnica”¹⁵, a que eu acrescento a globalização. Para os homens de hoje, em busca de personalidade própria, as raízes, a memória, a originalidade são objectivos a alcançar. Aqui o ter e o haver fundem-se num processo por vezes deletério ou, para os mais lúcidos, eivado de genuínas virtualidades. Só?

Ao lado do movimento liberal, do movimento democrático e da articulação entre movimento operário e o socialismo, a ideia nacional, o movimento das nacionalidades surge como elemento determinante da história do século XIX. Por outras palavras, a dinâmica da concepção de liberdade, a mutação sucessiva dos regimes, das sociedades e dos costumes por força da democracia, bem como a afirmação do proletariado e das ideias socialistas percorre o século XIX ao lado dos nacionalismos. Trata-se de uma palavra imprópria a que outros preferem as expressões, já usadas, de ideia nacional, de sentimento nacional, de movimento das nacionalidades, em ordem a vincar o pluralismo das situações e das noções, aqui e ali utilizadas. E no legado fundamental da Revolução francesa, Jacques Godechot pretendia ver tão só um pré-nacionalismo¹⁶. Na verdade, o nacionalismo joga em simultâneo com a força da razão e os ímpetos afectivos. Na sua versão jacobina e patriótica, o nacionalismo diz-se uma “adesão voluntária, que transcende as fronteiras étnicas e fala da vocação de preferência a tradição” e não gosta que usem o vocábulo a seu respeito, muito embora, de facto, se assemelhe “ao nacionalismo consciente e organizado”.

¹³ DOMENACH, Jean Marie – Nationalisme, in *P. Encyclopédie Politique*. Paris: 1968, p. 196 a 198.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem, p. 198.

¹⁶ Cit. por SURATTEAU, ob. e loc. cit.

Em conclusão: para René Rémond “o sentimento nacional e a ideia nacional, o mesmo é dizer o nacionalismo, foram, no século XIX, um princípio de acção essencial contra os estados opressores e estiveram também na origem da maior parte dos conflitos internacionais”. Na Europa, então farol do mundo, “o facto nacional foi um dos agentes determinantes da sua transformação”¹⁷. E os nacionalismos guerreiros¹⁸ um poderoso agente de dilaceração do Velho Continente.

Bibliografia

CHEVALLER, J. J. – “La naissance du nationalisme entre 1789 et 1848”, in *Évolution du droit publique. Études en l'honneur d'Achille Mestre*. Paris: 1956, p. 95 a 113.

DOMENACH, Jean-Marie – “Nationalisme” in *Dictionnaire Critique de Politique*. Paris: 1968.

DUROSELLE, Jean Baptiste – *L'Europe de 1815 a nous jours*. Paris: 1963.

GODECHOT, Jacques – *La Grande Nation*, 2 vols. Paris: 1956.

RAMOS, Luís A. de Oliveira – “Le Portugal et la Révolution Française (1777-1834)” in *Les Révolutions dans le Monde Ibérique (1766-1834)*, I. La Péninsule. Bordeaux: 1989.

RÉMOND, René – *Introdução à História do Nosso Tempo*. Lisboa: 1995.

SURATTEAU, Jean-René – *L'Idée Nationale de la Révolution a nos jours*. Paris: 1972.

¹⁷ RÉMOND, ob. cit., p. 245. Sobre os nacionalismos contemporâneos é elucidativo o livro de Guy Hermet, “História das Nações e do Nacionalismo na Europa”. Lisboa: 1996, por exemplo.

¹⁸ DUROSELLE, J. B. – *L'EUROPE de 1815 a nous jours. Vie politique et relations internationales*. Paris: 1964, p. 298 a 316.